

ESPAÇO E SOCIEDADE: UMA ABORDAGEM TEÓRICA*

Áurea Corrêa de Miranda Breitbach**

O espaço, dada sua inequívoca materialidade, parece ser um conceito plenamente compreensível e transparente. A todos ocorre com facilidade uma idéia de espaço: qualquer pessoa “sabe” o que é. Entretanto, por detrás dessa concepção empírica, sobrevive a necessidade de se proceder cientificamente à crítica e à elaboração de uma conceituação mais precisa a esse respeito. Mesmo academicamente, “(. . .) a noção de espaço é uma espécie de amontoado sem forma donde tomamos expressões que servem para dar aparência de rigor aos discursos sobre os demais aspectos do real” (Lipietz, 1979, p. 16).¹

“No que respeita às ciências sociais, o termo ‘espaço’ é utilizado algo descuidadamente, quando simplesmente se lhe agregar o adjetivo ‘social’ ou, mais especificamente, ‘econômico’, ‘político’, etc. em muitos casos denotando meramente certos recortes territoriais de significação econômica, política, etc. Com isso, praticamente não se diferencia ‘espaço’ de ‘região’. Ademais, a determinação social, que estabeleceria uma diferença com relação à natural, costuma aparecer como um simples critério **alternativo e paralelo** para recortar segmentos do território (opondo-se as regiões naturais às regiões econômicas, etc.)” (Coraggio, 1979, p.4).

* As idéias expressas no presente texto fazem parte de um estudo mais amplo sobre o conceito de região, que está sendo elaborado com a finalidade de ser apresentado como dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em grandes traços, o trabalho consiste no exame, sob o ponto de vista teórico, de diversas acepções que o termo região assume determinados autores, com o intuito de perceber qual o ponto nuclear do processo de formação das estruturas regionais. Cabe salientar que a tradição de citações de obras em língua estrangeira foi realizada pela autora.

** Economista da FEE.

¹ Originalmente a frase é como segue: “La notion d’espace est une espèce de bric-à-brac informe où l’on va puiser des expressions qui servent à donner une allure rigoureuse au discours sur les autres aspects du réel.”

Na tentativa de especificar melhor o que se entende por “espaço” neste trabalho, partimos da crítica à noção empírica, que atribui ao espaço a idéia de substrato neutro no qual se inscrevem objetos. A visão empirista apresenta o espaço como um continente que é dado como existente; sua relação com o conteúdo, isto é, com os objetos ali inscritos, é uma relação meramente empírica. Isso significa que tal relação não é passível de interpretação ou de explicação teórica. Trata-se simplesmente da identificação de um “(. . .) espaço único, ‘a priori’ disponível para tal ou qual uso ou ocupação, preexistente à atividade prática que o apropria (Lipietz, 1979, p. 18).

É sob esse ângulo que a teoria econômica trata do espaço principalmente em face da hegemonia alcançada pelo pensamento marginalista nessa área. Tanto as teorias clássicas de localização das atividades econômicas quanto as de inspiração marginalista tratam o espaço com uma certa negligência conceitual, na medida em que ele entra apenas como um dos fatores de atração e repulsão das atividades econômicas, expresso na chamada “fricção da distância” (custo do deslocamento físico). Abordagens desse tipo tendem a desembocar na formulação de modelos que se utilizam de um instrumental geométrico e/ou matemático para explicar a localização dos fenômenos econômicos.

Com isso, visamos apenas fazer referência à utilização de uma noção de espaço fundamentada no empirismo, conforme enunciada em parágrafo anterior. Não pretendemos fazer uma resenha de como os economistas tratam o espaço, principalmente porque seria tarefa por demais complexa, dentro dos objetivos deste trabalho.² A despeito disso, é interessante observar que

“(. . .) o espaço ocupava lugar de destaque nas formulações teóricas dos precursores da disciplina econômica, desaparecendo paulatinamente quase que por completo para ressurgir no pós-guerra. Com efeito, os primeiros pensadores, reconhecidos remotamente ou não como economistas, demonstrariam grande sensibilidade ao fator espacial ou geográfico na identificação e explicação dos fenômenos econômicos” (Smolka, 1983, p. 709).

O conceito de espaço com o qual trabalhamos se contrapõe à noção de espaço como substrato neutro, preexistente e independente da organização social. Reconhecemos, como pressuposto básico, que há uma relação entre a sociedade e o espaço. Porém, não se trata do simples reconhecimento de que a organização da sociedade deve assentar-se sobre uma extensão de território como condição de sua própria existência, o que manteria o raciocínio nos limites do senso comum. O intento deste texto está justamente em qualificar melhor a relação entre espaço e sociedade,

² Em função da amplitude e relevância deste tema, em especial, e da impossibilidade de tratá-lo profundamente aqui, recomenda-se a complementação desses conteúdos através principalmente de: Ferreira (1975, cap. 3, p. 31) e Smolka (1983).

transcendendo a concepção empírica. Para tanto, vamos nos ocupar das noções de trabalho e de natureza que, analiticamente, precedem o conceito de espaço e, em nosso entender, constituem a mediação teórica capaz de dar consistência e significado à concepção de espaço como “produto” social.

Antes de tudo, é necessário que se tenha clara a possibilidade de tratar do espaço como uma categoria³. Isso significa que se vai abstrair da realidade um de seus condicionantes essenciais, de modo a poder transferi-lo para o pensamento e tratá-lo teoricamente. As categorias são formulações intelectuais que expressam determinações reais de existência. Elas são uma contrapartida da realidade no pensamento; elas não são fruto do pensamento. Porém, é preciso que seja salientado também que não é qualquer elemento da realidade que pode ser uma categoria. Nas palavras de Coraggio,

“(. . .) o critério não pode ser empiricista, de modo que tudo o que está associado a um certo campo de fenômenos seja considerado categoria simplesmente porque não há casos onde se dá o fenômeno sem essa determinação. Assim, não seria válido o seguinte raciocínio: se a produção social é a articulação de trabalhos privados; se o trabalho é realizado por homens vivos; se para estar vivo um homem deve respirar; então, a respiração é uma categoria da reprodução social! Deve-se estabelecer a diferença entre **determinações constitutivas e fatores** presentes no mesmo. O que é categoria em um campo pode ser reduzido a mero fator em outro. A maneira de aproximar-se dessa discriminação é pela via gnosiológica: quando uma determinação é constitutiva, sua exclusão nos impede de apreender pela via do conhecimento o fenômeno encarado em sua natureza essencial. Assim, excluir da análise de uma sociedade as relações sociais de produção, impede a compreensão de sua dinâmica. Por outro lado, para captar a mesma dinâmica podemos perfeitamente prescindir do fato, empiricamente inegável, de que os agentes capitalistas são bípedes de nascimento. Seguramente, o desenvolvimento do conhecimento científico (nem sempre linear e progressivo) implica a possibilidade de redefinir os sistemas categoriais; porém, num dado estágio de conhecimento, é necessário discriminar as categorias e as determinações não centrais, a fim de não cair num analiticismo sem guia e sem fim” (Coraggio, 1979, p. 3 e 4).

³ Sobre esse assunto, convém consultar os comentários de Coraggio (1979), em texto citado, especialmente sua nota nº 2, onde trata das diferenças entre dois conceitos de categoria: como determinação de existência e como conceito desenvolvido em um sistema teórico. A título de síntese, salientamos a seguinte passagem:

“Assim, apoiaríamos a hipótese de que certa determinação de existência da realidade é efetivamente uma categoria, quando a ausência de seu conceito no discurso teórico impede o acesso ao seu conhecimento eficaz e eventualmente à sua transformação”.

No estudo do tema região, fica claro que o espaço não pode ser excluído da análise, porque sem ele se torna impossível apreender o fenômeno regional. A dimensão espacial constitui-se numa determinação de existência da região, por isso é considerada uma categoria.

Assim sendo, torna-se possível examinar o espaço à luz de uma teoria social geral, de vez que, como observa Castells, "(...) não existe teoria do espaço à margem de uma teoria social geral, seja esta explícita ou implícita" (Castells, 1978, p. 141).⁴

A teoria geral que pretendemos utilizar para abordar a análise do espaço se refere às formulações do materialismo histórico. Trata-se de uma perspectiva teórica que concebe o desenvolvimento da sociedade humana fundamentado na ação recíproca entre o homem e o mundo material que o cerca, ação esta que se constitui no processo social de produção.

Desde essa perspectiva, trata-se de relacionar de imediato a organização social com o contexto material correspondente, pois constitui a própria essência do materialismo atribuir decisiva relevância ao real/material, em contraposição ao que provém do pensamento. Vejamos então essa excelente passagem de Marx e Engels:

"As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram como as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, portanto, constatáveis de um modo puramente empírico.

"A primeira premissa de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, portanto, a **organização física destes indivíduos e a relação que por isso existe com o resto da natureza**. Não podemos entrar aqui, naturalmente, nem na constituição física dos próprios homens, nem nas condições naturais que os homens encontraram (...). Toda historiografia tem de partir destas bases naturais e de sua modificação ao longo da história pela ação dos homens.

"Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a **produzir** os meios de vida, passo este que é **condicionado pela sua organização física**. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

"O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. (...) Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos

⁴ "Não existe teoria específica do espaço, mas simplesmente desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, de modo que permita explicar as características de uma **forma social** particular, o espaço, e de sua articulação com outras formas e processos historicamente dados" (Castells, 1978, p. 152).

são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com o como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (Marx & Engels, 1984, p. 14 e 15).

Essa passagem expressa, com bastante nitidez, a premissa básica da qual partimos para examinar a relação entre espaço e sociedade. Ao produzir seus meios de vida, o homem está condicionado por sua organização física, o que torna desde logo explícita a existência de uma conexão entre a organização social e seus condicionantes materiais. A produção tem, pois, uma dimensão material que lhe é inerente; é através dela que o homem estabelece uma íntima conexão com a natureza. Na atividade produtiva humana, no trabalho, está expresso em sua mais pura acepção, o intercâmbio entre homem e natureza.

Entretanto, quando se diz que o homem, por intermédio do trabalho, apropria a natureza e a torna humanizada, não se está dizendo que a natureza é um domínio constituído de forma completamente independente do homem e a este exterior. A apropriação social da natureza deverá ser melhor examinada, de modo a reduzir ao mínimo o risco dessa interpretação equivocada.

A concepção de exterioridade do homem em relação à natureza está presente, mesmo que implicitamente, nas formulações científicas de matiz positivista e suas derivadas. A separação entre sujeito e objeto, ou ainda, a objetividade radical, constituiu-se para o positivismo num pré-requisito essencial na elaboração científica, pois é o que assegura, digamos assim, a neutralidade. Assim, ao estudar a natureza, o positivismo a considera objetivamente neutra; a natureza é aquilo que ela mesma expressa, independente do sujeito, cabendo a este captá-la em sua realidade.

A questão da preexistência da natureza em relação ao homem, que é uma questão relacionada com a noção de exterioridade há pouco referida, não é pertinente à nossa área de estudo. Tendo em vista o fato de existirem domínios da ciência especialmente dedicados ao estudo do “mundo natural”, cabe-nos tão-somente registrar que o senso comum absorve a noção de preexistência da natureza em relação ao homem, bem como as concepções religiosas a respeito da origem do mundo.⁵

Nosso posicionamento a respeito do homem e da natureza não contempla, em nenhum momento, a discussão sobre o que precedeu a quem, uma vez que nosso raciocínio parte da realidade, ou seja, daquilo que existe. E o que existe é o homem que, organizado socialmente em função de sua manutenção como espécie, vive uma relação com a natureza que é caracterizada historicamente de diversas formas.

A devida dimensão do homem e da natureza é, pois, percebida através da relação entre eles, relação esta que determina a própria constituição desses termos. O ser próprio da natureza e do homem é constituído no decorrer de um processo,

⁵ “O senso comum afirma a objetividade do real na medida em que a realidade, o mundo, foi criado por deus independentemente do homem, antes do homem, ela é, portanto, expressão da concepção mitológica do mundo” (Gramsci, 1981, p. 69).

razão pela qual não podem ser concebidos separadamente. No estudo da natureza, o homem não pode ser subtraído, de vez que tal operação acarretaria uma perda para ambos os termos, pois eles estão intimamente ligados. O homem, na medida em que tem um corpo com necessidades biológicas a serem satisfeitas, é também natureza. Esta, por sua vez, como não existe em estado puro⁶, é uma natureza sempre “humanizada”, no sentido de que contém o homem, sua marca, suas influências.⁷

Em Marx, a relação homem/natureza aparece na discussão sobre a condição natural do homem e sobre o trabalho, como sua atividade essencial. Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, de 1844, encontra-se o seguinte texto:

“A universalidade do homem aparece, na prática, na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo orgânico como meio direto de vida e, igualmente, como o objeto material e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o **corpo inorgânico** do homem; quer isso dizer a natureza excluindo o próprio corpo humano. Dizer que o homem vive da natureza significa que a natureza é o corpo dele, com o qual deve manter-se em contínuo intercâmbio a fim de não morrer. A afirmação de que a vida física e mental do homem e a natureza são interdependentes simplesmente significa ser a natureza interdependente consigo mesma, pois o homem é parte dela” (Marx, 1970, p. 95).

Com essa colocação de caráter bem abstrato, Marx demonstra, desde logo, o princípio básico que seguirá em suas obras posteriores, qual seja, o de uma inter-relação necessária entre homem e natureza. Se tomarmos suas considerações acerca do trabalho, vamos ver de que modo esse princípio abstrato se faz presente.

“Antes de tudo o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a,

⁶ “A pura natureza é o lugar e o tempo em que falta o homem. (...) Desde que mãos humanas, ou olhares, ou instrumentos, atinjam a pura natureza, ela já não é mais a pura natureza” (Lefebvre, 1969, p. 162).

⁷ “Sem o homem, que significaria a realidade do universo? Toda a ciência é ligada às necessidades, à vida, à atividade do homem. Sem a atividade do homem, criadora de todos os valores, inclusive os científicos, que seria a ‘objetividade’? Um caos, isto é, nada, o vazio, se é que é possível dizer assim, já que, realmente, se imagina que o homem não existe, não se pode imaginar a língua e o pensamento. Para a filosofia da práxis, o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se em uma das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido.” (Gramsci, 1981, p. 70).

ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar ao qual tem de subordinar sua vontade” (Marx, 1971, p. 202).

Este excerto, por tratar do processo geral de trabalho, apresenta grande interesse para nossa análise. Nele, fica qualificado o trabalho como atividade mediadora entre homem e natureza, através da qual o homem se realiza como homem, como natureza. Do texto acima, depreendemos que o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, ou seja, somente o homem trabalha, somente o homem imprime um caráter teleológico à sua atividade. Os animais também influem sobre o meio ambiente, efetuam alterações, etc., porém

“(. . .) a influência duradoura dos animais sobre a natureza que os rodeia é inteiramente involuntária e constitui um fato acidental. Mas, quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão. (. . .) Nem um só ato planejado de nenhum animal pôde imprimir na natureza o selo de sua vontade. Só o homem pôde fazê-lo. Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo meio fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho” (Engels, 1961, p. 278 e 279).

Com isso, pretendemos salientar que dentro da totalidade da natureza⁸, existem, ao mesmo tempo, uma unidade e uma diversidade: embora homem e animal

⁸ “Nada ocorre na natureza de forma isolada. Cada fenômeno afeta o outro, e é por seu turno influenciado por este; e é em geral o esquecimento desse movimento e dessa interação universal que impede a nossos naturalistas perceberem com clareza as coisas mais simples” (Engels, 1961, p. 278).

façam parte da natureza e esta esteja neles presente, no entanto não o está da mesma forma, pois existe uma maneira especificamente humana de ser natural, que é a que nos interessa estudar aqui.

O que caracteriza essencialmente a maneira humana de ser natural, ou seja, de estar relacionado à natureza, é o trabalho. Como vimos, é no processo de trabalho que o homem produz seus meios de vida, assegurando a própria sobrevivência como espécie. Porém, como o trabalho é uma atividade criadora, o homem transcende, em qualidade, a simples manutenção da espécie levada a efeito pelos animais:

“Os animais só produzem a si mesmos, enquanto o homem reproduz toda a natureza (. . .). Os animais só constroem de acordo com os padrões e necessidades da espécie a que pertencem, enquanto o homem sabe produzir de acordo com os padrões de todas as espécies e como aplicar o padrão adequado ao objeto. Assim, o homem constrói também em conformidade com as leis do belo” (Marx, 1970, p. 96).

Através do trabalho, portanto, o homem estabelece uma relação de apropriação da natureza. Porém, como essa não é uma relação entre dois elementos exteriores um ao outro, a apropriação não tem um sentido unilateral e linear. O chamado domínio do homem sobre a natureza, no dizer de Engels,

“(. . .) não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada” (Engels, 1961, p. 279).

Isso significa, antes de mais nada, que o “mundo natural” não se reduz a uma materialidade passiva frente ao homem⁹, pois que tem suas próprias determinações, que podem ser compreensíveis ou não à racionalidade humana, mas que lhe impõem uma certa maneira de proceder. No texto da Ideologia Alemã, Marx e Engels referem-se às premissas impostas pela matéria¹⁰ ao afirmarem que “(. . .) o modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da

⁹ “Este ‘dado’, no qual o poder humano reinveste sem parar as formas abstratas que ele deduz e as estruturas que ele edifica, nós chamamos ‘natureza’. Ela não tem nada de uma indiferença, de uma materialidade passiva e pobre à maneira da coisa e do objeto desligado. Ela é cheia de germes e de particularidades que pedem (se se pode exprimir assim) apenas para serem explicadas. Trabalho, técnica, conhecimentos, conceitos não cortam o humano da natureza, senão por um pensamento que — conscientemente ou não — separa analiticamente à maneira do entendimento” (Lefebvre, 1969, p. 170).

¹⁰ Excelente abordagem a respeito das determinações materiais e sua relação com os condicionantes histórico-sociais encontra-se em Schmidt (1976), especialmente na primeira parte do Capítulo II, sobre a natureza e a análise da mercadoria. De resto, a obra é fascinante e rica em seu todo, razão pela qual foi tomada como base para esta parte do nosso trabalho.

natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir” (grifo nosso) (Marx & Engels, 1984, p. 14 e 15).

Observamos, portanto, que o intercâmbio orgânico entre homem e natureza está condicionado por leis naturais existentes de maneira independente da vontade humana. Nas palavras de Schmidt, “(. . .) todo ato de dar forma a uma substância natural deve obedecer à legalidade peculiar da matéria” (Schmidt, 1976, p. 84). O reconhecimento de que Marx atribuiu um papel relevante aos aspectos materiais do intercâmbio homem–natureza não autoriza, entretanto, que se interprete a matéria como princípio unitário de explicação do mundo. A matéria, assim concebida, não passaria de uma idéia geral, uma abstração, quando para Marx a matéria significa, antes de tudo, uma realidade socialmente mediada, isto é, relacionada a padrões históricos determinados.

“A substância natural, que Marx equipara à matéria, já está formada, quer dizer, encontra-se submetida a leis físicas e químicas que são descobertas pelas ciências da natureza em permanente contato com a produção material. Justamente porque a substância natural tem leis que lhe são próprias, e não apesar disso, podem ser realizados objetivos humanos por meio dos processos naturais. Ademais, os conteúdos desses objetivos não são unicamente histórico-sociais, mas estão também condicionados pela própria estrutura da matéria. Depende sempre do nível alcançado pelas forças produtivas materiais e intelectuais, quais possibilidades iminentes à matéria e em que proporção podem se realizar; além disso, a estrutura da matéria não está estabelecida de nenhuma maneira de uma vez para sempre” (Schmidt, 1976, p. 71).

Por intermédio dessa passagem de Schmidt, percebemos em que medida a relação entre os condicionantes naturais e as variáveis histórico-sociais é uma relação dialética: um processo através do qual resultam modificados ambos os termos. Não se trata, portanto, de uma simples relação de causalidade (o que exerce influência sobre quem, ou vice-versa), mas sim de uma ligação que vem desde o núcleo desses dois elementos.¹¹ Entretanto, é preciso se ter claro que o processo histórico na natureza e na sociedade não são a mesma coisa e que, portanto, não tem nenhum sentido aplicar diretamente as leis naturais às relações sociais, nem mesmo vice-versa. A relação que natureza e sociedade guardam entre si é também, em certa medida, uma relação de negação, de contradição, e é essa a idéia contida na expressão “luta do homem contra a natureza”.

Tendo em vista a mediação fundamental entre homem e natureza — o trabalho —, observamos que o conteúdo histórico daquela relação é expresso através da tecnologia. Esta, segundo Marx, “(. . .) revela o modo de proceder do homem para com a natureza, o processo imediato de produção de sua vida, e assim elucidada as

¹¹ “(. . .) enquanto existam homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionam reciprocamente” (Marx & Engels apud Schmidt, 1976, p. 45).

condições de sua vida social e as concepções mentais que delas decorrem” (Marx, 1971, p. 425). Através das diferenças no padrão tecnológico, pode-se observar as mudanças na relação homem/natureza no decorrer da história da humanidade.¹² Dito de outra forma, há uma evolução no proceder do homem para com a natureza, há uma alteração nos métodos de intervenção sobre o “mundo natural”, ao mesmo tempo em que este também apresenta novos aspectos a serem encarados pelo homem no decorrer do processo.

“Na medida em que os homens desatam as ‘potências adormecidas’ no material natural, ‘liberam’ este material: ao transformar o morto em si em um vivo para nós, prolongam, de certo modo, a série dos objetos produzidos pela história natural e lhe dão prosseguimento num estágio qualitativamente mais elevado. **Mediante o trabalho humano a natureza leva adiante seu processo de criação (. . .).** A força de trabalho, aquela ‘substância natural transformada em organismo humano’, é exercida sobre substâncias naturais exteriores ao homem; a natureza transforma-se juntamente com a natureza. Como os homens incorporam suas forças essenciais às coisas naturais trabalhadas, as coisas naturais, por sua vez, adquirem uma nova qualidade social como valores de uso cada vez mais abundantes no curso da história” (Schmidt, 1976, p. 85-6).

Trata-se, portanto, de uma natureza ao mesmo tempo exterior e interior ao homem: apropriada por e para o homem e também por ele recriada. Nessa medida, se pode dizer que o processo de humanização da natureza também significa uma naturalização do homem. Levando sempre em conta essa reciprocidade, ainda se pode dizer, de uma forma mais geral, que enquanto houver homens haverá natureza, de vez que “(. . .) todas as relações sociais estão mediadas por coisas naturais e vice-versa. São sempre relações dos homens entre si e com a natureza” (Schmidt, 1976, p. 77).

Desse contexto, cabe resgatar a categoria espaço, essencial para o prosseguimento do nosso trabalho. Desde logo, afirmamos que o espaço é necessariamente social, ou seja, não existe um “espaço natural”, alheio às influências da organização social. Essa idéia é proveniente do que foi discutido acima sobre as relações entre a natureza e a sociedade: assim como não existe a “pura natureza”, não existe também um “puro espaço”, intocado pela mão do homem. Todo espaço é social, porque nele se desdobram relações sociais que estão explícita ou implicitamente presentes em todas as áreas conhecidas pelo homem. A idéia, portanto, de um “espaço construído”, isto é, produzido pelo homem em oposição a um “espaço natural”, alheio a qualquer tipo de prática social, não tem viabilidade em nosso contexto teórico. No estágio avançado em que se encontram as forças produtivas capitalistas na

¹² “O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz” (Marx, 1971, p. 425).

atualidade, uma delimitação que seccionasse essas duas “modalidades” de espaço estaria não só muito próxima do impossível como também do inócuo, sob o ponto de vista da compreensão do real.

O espaço, num certo sentido, dá a dimensão concreta das práticas sociais, cuja determinação formal assume peculiaridades históricas.¹³ Entretanto, quaisquer que sejam essas peculiaridades, “(. . .) os homens se encontram limitados, no mínimo, a substâncias básicas como a terra, a água e o ar, em que pese toda a artificiosidade das formas objetivas por eles produzidas” (Schmidt, 1976, p. 97).

Para Marx, a terra é o objeto universal do trabalho humano, incluindo, é claro, a água e o ar. Em suas palavras,

“(. . .) a terra, seu [do homem] celeiro primitivo, é também seu arsenal primitivo de meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que lança e lhe serve para moer, prensar, cortar, etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas, para servir como tal na agricultura, pressupõe toda uma série de outros meios de trabalho e um desenvolvimento relativamente elevado da força de trabalho”(Marx, 1971, p. 203).

Com isso, observamos que a terra ou, num sentido mais abrangente, o espaço é concebido em relação à atividade humana, necessariamente permeado por relações sociais de produção historicamente mutáveis. Considerando os condicionantes puramente materiais do trabalho e a transformação da natureza que dele decorre, podemos dizer, com Lefebvre, que “(. . .) a terra é ao mesmo tempo condição de produção e produto de ação” (Lefebvre, 1969, p. 156), em suma o lugar do homem.

O processo de apropriação social do espaço, como já foi dito, é mediado pelo grau de evolução técnica da humanidade. Dito de outra maneira, a forma que assume a relação sociedade/espaço, em cada período histórico, guarda uma correspondência muito estreita com o nível e o caráter do desenvolvimento das forças produtivas. Isso leva Sonia Barrios a reconhecer que

“(. . .) a ampliação dos conhecimentos científicos e a disponibilidade de instrumentos de trabalho cada vez mais potentes e eficientes se traduzem numa capacidade crescente de transformação social do espaço circundante. As sucessivas revoluções tecnológicas, que o desenvolvimento histórico das formações sociais registra, significaram um incremento cumulativo de seu domínio sobre a natureza” (Barrios, s.d., p. 33).

O delineamento da categoria espaço, através de sua relação com a organização social, guarda, entretanto, uma distância bastante grande em relação às suas possíveis aplicações a determinadas situações concretas. Num certo sentido, dizer simplesmente que as relações sociais determinam a configuração espacial não explica muito, uma vez que, nesse nível de abstração, resulta difícil dar conta de realidades

¹³ Sobre a evolução histórica da humanidade e sua relação com a apropriação social do espaço, recomenda-se a leitura de Moraes & Costa (1984, cap. 6).

tão diversas como a caatinga nordestina e o ABC paulista. Nesse quadro, impõe-se a necessidade do aprimoramento de um instrumental metodológico capaz de efetivar a imprescindível mediação entre o conceito e a realidade.

As dificuldades existentes diante de uma tarefa dessa envergadura são inúmeras, e têm sido apontadas por diversos estudiosos do assunto. Coraggio, por exemplo, reconhece que não há uma resposta fácil à pergunta: quais são as relações determinísticas existentes entre os processos sociais e as formas espaciais? Antes de mais nada, há que se reconhecer que “(. . .) é impossível dar uma resposta única e geral, aplicável a todas as situações históricas” (Coraggio, 1979, p. 27). Coraggio aponta, ainda, que a historicidade do social não se limita às categorias sociais estritamente consideradas. “O caráter histórico social é também dado pelo fato de que a articulação entre os determinismos propriamente sociais e os naturais não está univocamente estabelecida para todas as formas de sociedade” (Coraggio, 1979, p. 28).

A par disso, Sormani alerta para o risco dos dois extremos em que se pode cair ao tentar incorporar o espaço às relações sociais. Tais extremos são:

“(. . .) privilegiar a influência do meio físico sobre os processos sociais e privilegiar as mudanças sociais, à margem das determinações da natureza. Num caso, se cai inevitavelmente em explicações deterministas do desenvolvimento social e, no outro, em expressões voluntaristas” (Sormani, 1977, p. 3).

A maneira de evitar tais condicionamentos mecânicos passa pelo reconhecimento da existência de uma relação dialética entre as determinações da natureza e as de ordem social, assunto este que já foi abordado anteriormente.

Considerando que a dimensão da tarefa de buscar as mediações entre o conceito de espaço e sua aplicação prática transcende os propósitos de nosso trabalho, tais observações servem, entretanto, para registrar nosso reconhecimento sobre as dificuldades metodológicas consideráveis existentes no caminho. Apesar disso, julgamos de grande valia apontar perspectivas que possam levar, progressivamente, a um cercamento maior do problema e, para tanto, nos servimos de Castells:

“(. . .) trata-se de superar a descrição dos mecanismos de interação entre implantações e atividades para descobrir as leis estruturais da produção e do funcionamento das formas espaciais estudadas; a oposição entre determinações natural e cultural do espaço deve ser superada a partir de uma análise da estrutura social, considerada como processo dialético de relação de dois tipos de elementos por meio de práticas sociais determinadas por suas características históricas; a diferenciação de um espaço, a distribuição entre funções e processos que põem em relação as diversas unidades carecem de significação, se não se referem a elementos teoricamente significativos, os quais situam o espaço no conjunto da estrutura social” (Castells, 1978, p. 152).

A postura de Castells é nítida no sentido de não abandonar os princípios do materialismo dialético no estudo da natureza e do significado do espaço dentro da dinâmica social. Tomando tais princípios como ponto de partida, os passos subse-

qüentes encontram-se ainda numa fase preliminar, em que há poucas conclusões definitivas. Os autores clássicos, dentro do pensamento dialético, praticamente não trataram diretamente dessa questão, de modo que resta bastante a ser criado. Salientamos, a propósito disso, que não se trata de criar uma **nova teoria** a respeito do espaço, mas sim elaborar os desdobramentos teórico-metodológicos necessários para incorporar essa categoria nas análises sobre a realidade social. Nas palavras de Sonia Barrios, trata-se de “(. . .) estudar a construção do espaço como parte do complexo organizado de processos econômicos, políticos e cultural-ideológicos que constituem a totalidade social em transformação” (Barrios, s.d., p. 7).

No afã de dar conta desse desafio, há diversas abordagens nas quais se constata a preocupação de incorporar o espaço à totalidade social, preocupação esta que se expressa muitas vezes de forma diferente: configuração espacial, formação espacial, espacialidade social, etc. Pensar o espaço socialmente tem sido uma atitude constante entre os autores da chamada “geografia crítica”, como Milton Santos, Ruy Moreira e David Harvey, entre outros.¹⁴ Partindo justamente da crítica da noção de espaço como substrato neutro, esses geógrafos buscam a redefinição de seu objeto de estudo, no sentido de uma inserção maior do espaço dentro da totalidade social. Por esse motivo, suas elaborações apresentam um certo interesse para o nosso estudo, embora não seja nosso objetivo adentrar o debate em si, nem tampouco discutir amplamente as idéias seja de M. Santos ou de R. Moreira. Naquilo que nos interessa, esses autores discutem as relações entre a organização social e o espaço, reconhecendo que o padrão de ocupação e de uso do solo se dá sempre em função das necessidades mais essenciais da formação econômico-social considerada. A partir daí, os autores citados passam a discutir sobre o que se vem denominando formação espacial, articulando em seu raciocínio as categorias modo de produção e formação econômico-social. A preocupação básica de M. Santos está em inserir o espaço dentro de uma totalidade:

“O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos” (Santos, 1979, p. 18).

Como pode ser visto, o autor tem um certo cuidado em expressar a dinâmica espaço-sociedade de modo a tentar evitar os riscos de uma interpretação mecanicista. Sem entrar em uma avaliação crítica da produção de Milton Santos, podemos di-

¹⁴ Para um melhor conhecimento sobre a “geografia crítica” ou “geografia nova”, sugere-se consultar: Santos (s. d. e 1980); Moreira (1979) e Harvey (1980). Para os fins específicos do nosso trabalho, foram utilizados o citado texto de Moreira (1979) e os ensaios de Santos (1979).

zer que esse autor cumpre um papel importante nos debates sobre a questão espacial. Dotado da peculiaridade de levantar uma gama imensa de questões — que embora sempre pertinentes, muitas vezes fiquem a carecer de um aprofundamento adequado —, o autor deixa sua contribuição para um debate que, graças à sua abertura, está em constante enriquecimento. Prova disso tem sido a questão da formação espacial que agora retomamos.

Um pré-requisito importante para se tratar da formação espacial é reconhecer o espaço como “produto interno de uma estrutura social”, ou seja, o “(. . .) espaço social enquanto produto da sociedade é, por isso mesmo, condição de seu devir e, ao estudá-lo, geógrafos ou não, estamos a indagar sobre uma das dimensões das relações sociais (. . .)” (Seabra, s.d.). Isso significa que não vamos encarar o espaço como uma “instância” a mais, ou seja, uma parte que, justaposta a outras, viria a compor um todo estruturado, cujo movimento estaria pautado por um elemento sobre-determinante em relação aos demais, provocando com esse comportamento, mecanicamente, alterações no âmbito das demais “instâncias”. O que se tem observado, em concepções desse tipo, é que a espacialidade fica colocada como elemento determinado, comportando-se quase como um reflexo puro e simples das determinações da “instância” econômica. Não é esse o ponto de vista que adotamos, não porque acreditemos que o dado espacial determine o comportamento da esfera econômica, mas sim porque entendemos que não se trata de adicionar “instâncias” nem estabelecer relações de determinação entre elas. Trata-se, outrossim, de partir de uma ótica diversa, em que o espaço dá conta de expressar a “reprodução social em sua dimensão mais material” (Lipietz, 1979, p. 9), ou seja, ele é um dado presente no bojo e na origem do processo social, em maior ou menor grau. A seguinte passagem de Coraggio expressa o essencial dessa idéia:

“Nossa proposta se baseia em admitir que, embora o espaço do real seja único, a espacialidade dos diversos fenômenos varia com a natureza diferencial dos mesmos; que, em particular, a espacialidade dos fenômenos sociais é indireta e está baseada na articulação entre natureza e sociedade, mas com as leis sociais sobreconstruindo a legalidade natural” (Coraggio, 1979, p. 20).

Partindo desse pressuposto geral, vamos agora examinar o conceito de formação espacial que é tomado como a expressão das relações entre espaço e sociedade no mundo físico. Tomaremos a conceituação de Sormani, segundo a qual a formação espacial é “(. . .) a forma que assume, em cada etapa histórica, o padrão de assentamentos e de redes de interconexão que, sinteticamente, ficará expressa pelo padrão dos usos do espaço vinculados a todas e a cada uma das práticas humanas” (Sormani, 1977). O termo formação, ao mesmo tempo em que designa algo relacionado com a forma, o contorno, o desenho, expressa também o conteúdo de processo, algo que se forma, se desenvolve e se altera. Portanto, a formação espacial contém o dado histórico, com seu condicionamento específico relativo a situações concretas, ou seja, vai expressar os diferentes modos de ocupação e uso do território levados a efeito pela sociedade humana. Nessa medida, observa-se que o concei-

to de formação espacial está profundamente relacionado à formação econômico-social, podendo-se dizer que há uma certa correspondência entre ambas.

Com relação ao conceito de formação social, acreditamos que Sormani o expressa muito bem da seguinte forma:

“(. . .) a formação social designa uma comunidade historicamente constituída e recortada territorialmente que possui características próprias que a diferencia de outras, seja por razões etno-históricas ou de outra natureza, mas cuja gênese e evolução estão condicionadas por modalidades particulares de reprodução social que se manifestam na desigualdade de seu desenvolvimento” (Sormani, 1977, p. 11).

A formação social, portanto, expressa as particularidades de uma organização social determinada e, por isso, se constitui no âmbito conceitual mais adequado para a observação dos elementos espaciais. Isso não implica, entretanto, que tais elementos não estejam presentes em outros âmbitos, como, por exemplo, no âmbito mais abstrato do modo de produção. Entretanto, justamente por seu caráter mais abstrato, o modo de produção designa tão-somente a essência das relações sociais presentes em diversas formações sociais, constituindo-se num ponto de partida, num referencial necessário de análise, onde, porém, não se encontram claramente expressos os elementos de ordem espacial.

Os conceitos modo de produção e formação social, a despeito de suas diferenças relativas a níveis de abstração, constituem, num certo sentido, dois aspectos de uma mesma realidade relacionados entre si. Se tomarmos a formulação de Samir Amin sobre formação social, poderemos esclarecer melhor essa observação: “(. . .) as formações sociais são estruturas concretas, organizadas, caracterizadas por um modo de produção dominante e pela articulação à volta deste de um conjunto complexo de modos de produção que a ele estão submetidos” (Amin, 1973, p. 13). Trata-se, portanto, da combinação de “partes” distintas entre si que se articulam de maneira organizada, isto é, obedecendo a uma certa lógica. Tal combinação vem a formar um todo, no qual se manifestam, ao mesmo tempo, unidade e diversidade, harmonia e contradição, continuidade e descontinuidade. Esses aspectos, que podem ser sintetizados como caráter desigual do desenvolvimento das formações sociais, jogam um papel importante no decurso do nosso trabalho; na medida em que tais aspectos serão, de alguma forma, “transferidos” para o âmbito da formação espacial, eles adquirem um significado especial. É de nosso entender que uma possível conceituação de região passa pelo exame da articulação de diversos modos de produção, uma vez que essa articulação imprime, ao espaço correspondente, traços da descontinuidade que caracteriza seu próprio processo.

Isso posto, vamos agora retomar uma afirmação feita anteriormente para analisá-la melhor. Trata-se da correspondência entre a formação social e a formação espacial, que não é, entretanto, de caráter mecânico nem linear. Esse aspecto poderá ser melhor explicitado através de considerações a respeito das transformações históricas por que passam uma e outra formação.

O ritmo das transformações pelo qual passa uma formação social não é neces-

sariamente o mesmo com que se alteram os elementos da formação espacial. Isso porque essa correspondência de transformações passa por diversas mediações, como, por exemplo, o tipo de articulação que o modo de produção dominante tem com os demais, o que vai condicionar o ritmo e a qualidade das alterações no âmbito da formação social em seu conjunto. As alterações na formação espacial, por seu turno, caracterizam-se, de um lado, pela busca de uma adequação às necessidades da organização social emergente e, de outro, pela impossibilidade de eliminar os elementos herdados do passado. Por se tratar de uma realidade física, as mudanças nesse âmbito não se dão no mesmo compasso das alterações sociais, embora não deixe de haver, como já foi dito, uma profunda relação entre ambas. É claro que toda a infra-estrutura de ordem material do capitalismo moderno, por exemplo, não foi composta “*pari passu*” ao estabelecimento e à sedimentação das novas relações sociais de produção impostas pelo devir histórico. É certo que muitos traços anteriores permaneceram, por longo tempo, sendo alguns elementos da configuração espacial reaproveitados em função de um uso alternativo, ou mesmo do antigo uso. O homem organiza-se para prover sua sobrevivência de formas historicamente variáveis em sua evolução. Porém, não há como negar a existência de certas atividades ou práticas sociais que não se alteram muito em sua essência, o que torna possível (e menos oneroso para a sociedade) a permanência do equipamento correspondente.

Com isso, observamos que, a despeito do ritmo de transformações ser diferente, os dois aspectos guardam entre si uma correspondência que faz com que a formação espacial deva ser vista sempre em relação à formação social, porque ela é a expressão material da trama de relações sociais que os homens estabelecem entre si e, como vimos anteriormente, com a natureza. Por outro lado, que não se fique com a idéia de que a formação espacial vai “a reboque” da formação social, isto é, comportando-se exclusivamente em função das determinações desta. De posse do que já foi tratado até aqui sobre as relações entre espaço e sociedade, é preciso não esquecer que a formação espacial, dotada que é de um caráter essencialmente material, impõe, em certa medida, limitações objetivas à expansão das relações sociais. Com Lipietz, diremos que “(...) a sociedade recria seu espaço sobre a base de um espaço concreto, sempre dado, herdado do passado” (Lipietz, 1979, p. 27).

À guisa de conclusão diremos que, quando nos definimos por uma visão do espaço como um elemento imbricado à organização social, nossa preocupação está direcionada no sentido de buscar categorias de análise capazes de, satisfazendo este requisito, permitir avançar no sentido de um aprimoramento do conceito de região. Nesse sentido, acreditamos que a utilização da categoria modo de produção e do conceito de formação social podem conduzir por este caminho.

Bibliografia

AMIN, Samir (1973). **O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Rio de Janeiro, Forense.

- BARRIOS, Sonia (s. d.). **Sobre la construccion social del espacio**. Colombia, Universidad Central de Venezuela/Centro de Estudios del Desarrollo. (mimeo).
- CASTELLS, Manuel (1978). **La cuestión urbana**. Mexico, Siglo XXI.
- CORAGGIO, José Luiz (1979). **Sobre la espacialidad social y el concepto de región**. Mexico, El Colegio de Mexico/Centro de Estudios Economicos y Demográficos. (mimeo).
- ENGELS, Friedrich (1961). **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Rio de Janeiro, Vitória. (Obras Escolhadas, 2).
- FERREIRA, Carlos Maurício (1975). **Evolução das teorias classicas da economia espacial**. Belo Horizonte, CEDEPLAR.
- GRAMSCI, Antonio (1981). **Concepção dialética da história**. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HARVEY, David (1980). **A justiça social e a cidade**. São Paulo, Hucitec.
- LEFEBVRE, Henri (1969). **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LIPIETZ, Alain (1979). **El capital y su espacio**. Mexico, Siglo XXI.
- MARX, Karl (1970). Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1971). **O capital**. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Livro I, cap. 13, nota 89.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (1984). **A ideologia alemã**. São Paulo, Moraes.
- MORAES, Antonio Carlos R. & COSTA, Wanderley M. da (1984). Sociedade e espaço. In: _____. **A valorização do espaço**. São Paulo, Hucitec. cap. 6.
- MOREIRA, Ruy (1979). A geografia serve para desvendar máscaras sociais. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (16), out.
- SANTOS, Milton (1979). **Espaço e sociedade**. Rio de Janeiro, Vozes.
- _____. (1980). **Por uma geografia nova**. 2. ed. São Paulo, Hucitec.
- _____, org. (s. d.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo, Hucitec.
- SCHMIDT, Alfred (1976). **El concepto de naturaleza en Marx**. Mexico, Siglo XXI.
- SEABRA, Manoel Fernando Gonçalves (s. d.). Crise econômico-social no Brasil e o limite do espaço. In: SANTOS, Milton, org. **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo, Hucitec. (Mesa-redonda da SBPC, jul. 1980).
- SMOLKA, Martin O. (1983). O espaço do espaço na teoria econômica. **Literatura Econômica**, Rio de Janeiro, IPEA, 5(6):705-28, nov./dez.
- SORMANI, Horacio (1977). Formación social y formación espacial: hacia una dialéctica de los asentamientos humanos. **Estudios Sociales Centro-Americanos**, San José da Costa Rica, 7(17):3, mayo/ago.